

Energisa Paraíba | Resultados do 3º trimestre de 2014

João Pessoa, 14 de novembro de 2014 – A Administração da Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “Energisa Paraíba” ou “EPB”) apresenta os resultados do terceiro trimestre (3T14) e dos primeiros nove meses de 2014 (9M14). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 - Perfil do negócio, premiações e destaques econômico-financeiros

A Energisa Paraíba é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 1.304 mil clientes e uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes em 216 municípios do Estado da Paraíba, em uma área de 54.595 Km².

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos primeiros nove meses:

Descrição	9M14	9M13	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	1.199,1	1.140,3	+ 5,2
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	1.075,5	1.046,3	+ 2,8
Receita Operacional Líquida	849,2	813,4	+ 4,4
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	725,6	719,4	+ 0,9
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	69,0	161,1	- 57,2
EBITDA	109,0	195,9	- 44,4
EBITDA Ajustado	125,3	211,6	- 40,8
Resultado Financeiro	(10,5)	(29,6)	- 64,5
Lucro Líquido	54,7	121,9	- 55,1
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	1.571,1	1.514,3	+ 3,8
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	137,0	213,1	- 35,7
Patrimônio Líquido	609,8	610,4	- 0,1
Endividamento Líquido	580,1	461,9	+ 25,6
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.304,2	1.253,2	+ 4,1
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	2.840,7	2.645,9	+ 7,4
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	3.171,7	3.102,8	+ 2,2
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	11,84	12,08	- 0,24 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	14,8	26,0	-11,2 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	3,5	1,4	+ 150,0

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

2 - Desempenho financeiro

2.1 - Receita operacional bruta e líquida

Em 9M14, a Energisa Paraíba apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 1.075,5 milhões, ante R\$ 1.046,3 milhões registrados em 9M13, crescimento de 2,8% (R\$ 29,2 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 0,9% (R\$ 6,2 milhões) no período, para R\$ 725,6 milhões.

No 3T14, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, cresceu 1,6% (R\$ 3,6 milhões), para R\$ 228,4 milhões, reflexo, basicamente, do crescimento das vendas de energia e do aumento das tarifas ocorrido em 28 de agosto.

A composição da receita líquida é a seguinte:

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			9 meses		
	3T14	3T13	Var %	9M14	9M13	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	332,5	306,4	+ 8,5	1.040,3	1.003,5	+ 3,7
✓ Residencial	155,6	146,0	+ 6,6	497,8	484,6	+ 2,7
✓ Industrial	45,5	35,4	+ 28,5	130,9	109,1	+ 20,0
✓ Comercial	66,8	62,8	+ 6,4	212,6	207,1	+ 2,7
✓ Rural	16,8	16,0	+ 5,0	55,5	55,8	- 0,5
✓ Outras classes	47,8	46,2	+ 3,5	143,5	146,9	- 2,3
(+) Suprimento de energia elétrica	(6,6)	7,8	-	5,4	4,3	+ 25,6
(+) Fornecimento não faturado líquido	2,3	(1,8)	-	(8,9)	(16,9)	- 47,3
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	6,4	10,7	- 40,2	21,5	37,2	- 42,2
(+) Receitas de construção	57,8	39,5	+ 46,3	123,6	94,0	+ 31,5
(+) Outras receitas	5,8	5,6	+ 3,6	17,2	18,2	- 5,5
(=) Subtotal 1 - Receita bruta	398,1	368,2	+ 8,1	1.199,1	1.140,3	+ 5,2
(-) Impostos sobre vendas	(106,9)	(100,8)	+ 6,1	(334,7)	(317,2)	+ 5,5
(-) Encargos setoriais	(5,1)	(3,2)	+ 59,4	(15,2)	(9,7)	+ 56,7
(=) Subtotal 2 - Receita líquida	286,1	264,2	+ 8,3	849,2	813,4	+ 4,4
(-) Receitas de construção	57,7	39,6	+ 45,7	123,6	94,0	+ 31,5
(=) Total Receita líquida, sem receitas de construção	228,4	224,8	+ 1,6	725,6	719,4	+ 0,9

Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam:

- Acréscimo de 50.959 novos consumidores cativos e crescimento de 7,4% (aumento de 7,6% no 3T14) das vendas de energia elétrica no mercado cativo (vide item 3.1 deste comentário de desempenho);
- Aumento tarifário médio de 21,81%, que entrou em vigor a partir de 28 de agosto de 2014.

2.2 - Despesas operacionais

Em 9M14, as despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 656,6 milhões (R\$ 202,2 milhões no 3T14), crescimento de R\$ 98,4 milhões (aumento de R\$ 15,9 milhões no 3T14 sobre o 3T13) em relação aos 9M13. Em 9M14, despesas controláveis cresceram R\$ 1,5 milhão (aumento de R\$ 3,2 milhões no 3T14), totalizando R\$ 145,9 milhões (R\$ 51,3 milhões no 3T14). Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram aumento de 26,2% (R\$ 92,0 milhões) em 9M14.

No 3T14, as despesas não controláveis (compra de energia e transporte) apresentaram aumento de 22,3% (R\$ 24,4 milhões).

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T14	3T13	Var. em R\$ milhões	9M14	9M13	Var. em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	51,3	48,1	+ 3,2	145,9	144,4	+ 1,5
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	25,3	25,6	- 0,3	76,2	76,8	- 0,6
1.2 Material	3,3	2,9	+ 0,4	9,2	9,3	- 0,1
1.3 Serviços de terceiros	22,7	19,6	+ 3,1	60,5	58,3	+ 2,2
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	133,7	109,3	+ 24,4	442,8	350,8	+ 92,0
3 - Depreciação e amortização	13,5	11,3	+ 2,2	40,1	34,7	+ 5,4
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	1,7	9,7	- 8,0	15,5	11,2	+ 4,3
5 - Outras despesas/receitas	2,0	7,9	- 5,9	12,3	17,1	- 4,8
Subtotal	202,2	186,3	+ 15,9	656,6	558,2	+ 98,4
6 - Custo de construção (*)	57,8	39,5	+ 18,3	123,6	94,0	+ 29,6
Total	260,0	225,8	+ 34,2	780,2	652,2	+ 128,0

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

2.3 - Resultado financeiro

O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) no 3T14 representou despesa financeira líquida de R\$ 24,9 milhões, contra despesa financeira líquida de R\$ 0,7 milhão em igual período do ano passado, ou seja, aumento de 3.457,1% (ou R\$ 24,2 milhões). Esse resultado decorre da desvalorização do real perante o dólar no trimestre, de 11,3%.

No acumulado em 9M14, o resultado financeiro líquido representou uma despesa financeira líquida de R\$ 10,5 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 29,6 milhões no 3T13, redução de 64,5% (ou R\$ 19,1 milhões) no período.

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Paraíba em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013:

Descrição Valor em R\$ milhões	30/9/2014	31/12/2013
Curto Prazo	188,4	134,0
Empréstimos e financiamentos	94,0	43,7
Debêntures	82,7	80,0
Encargos de dívidas	3,7	2,3
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	8,0	8,0
Longo Prazo	528,7	539,3
Empréstimos e financiamentos	474,0	485,7
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	54,7	53,6
Total das dívidas	717,1	673,3
(-) Disponibilidades financeiras	137,0	194,1
Total das dívidas líquidas	580,1	479,2

2.4 - Lucro líquido e geração de caixa

Nos primeiros nove meses de 2014, a Energisa Paraíba alcançou lucro líquido de R\$ 54,7 milhões, ante os R\$ 121,9 milhões registrados em igual período do ano passado. Já a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 125,3 milhões em 9M14, contra os R\$ 211,6 milhões apurados em 9M13, redução de 40,8%.

No 3T14, a Energisa Paraíba registrou lucro líquido de R\$ 7,0 milhões, contra um lucro líquido de R\$ 36,8 milhões. Essa redução decorre, principalmente, do aumento dos custos com energia comprada e das despesas financeiras no 3T14.

Apresenta-se a seguir a evolução da geração de caixa da Companhia:

Composição da geração de caixa (EBITDA) Valores em R\$ milhões	Trimestre			9 meses		
	3T14	3T13	Var. %	9M14	9M13	Var. %
(=) Lucro Líquido	7,0	36,8	- 81,0	54,7	121,9	- 61,0
(-) Contribuição social e imposto de renda	5,8	(1,0)	-	(3,7)	(9,7)	- 61,9
(-) Resultado financeiro	(24,9)	(0,7)	+ 3.457,1	(10,5)	(29,6)	- 64,5
(-) Depreciação e amortização	(13,5)	(11,3)	+ 19,5	(40,1)	(34,7)	+ 15,6
(=) Geração de caixa (EBITDA)	39,6	49,8	- 20,5	109,0	195,9	- 44,4
(+) Receita de acréscimos moratórios	5,0	5,0	-	16,3	15,7	+ 3,8
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	44,6	54,8	- 18,6	125,3	211,6	- 40,8
Margem do EBITDA Ajustado (%)	15,6	20,7	- 5,1 p.p	14,8	26,0	- 11,2 p.p

2.5 - Revisão tarifária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) autorizou o reajuste das tarifas de energia elétrica Energisa Paraíba, cujo efeito médio percebido pelos consumidores foi de 21,81% a partir de 28 de agosto. Os consumidores de baixa tensão perceberão um aumento de 21,43% nas tarifas e os de média e alta tensão terão um acréscimo de 22,75%. Os reajustes tarifários são processos regulados pela Aneel e constam do contrato de concessão.

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a ANEEL publica, mensalmente, os valores dos recursos da CDE a serem repassados pela Eletrobrás à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Para os meses de janeiro a setembro de 2014, a ANEEL reconheceu para a Energisa Paraíba o montante de R\$ 190,5 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 12,9 milhões para a Energisa Paraíba. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

3 - Mercado de energia

3.1 - Energia total distribuída

Nos primeiros nove meses de 2014 (9M14), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Paraíba, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 3.176,1 GWh (1.009,3 GWh no 3T14), incremento de 2,8% (aumento de 0,6% no 3T14) em relação a igual período do ano anterior. O consumo foi impulsionado pelas classes comercial e residencial, que cresceram 7,5% e 7,0%, respectivamente no período. O consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, reduziu 2,2% em 9M14.

A energia total distribuída em 9M14 foi de 3.171,7 GWh, ante os 3.102,8 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	Trimestre			9 meses		
	3T14	3T13	Var %	9M14	9M13	Var. %
1) Vendas de energia no mercado cativo	907,8	843,5	+ 7,6	2.840,7	2.645,9	+ 7,4
✓ Residencial	360,9	340,3	+ 6,1	1.156,6	1.080,5	+ 7,0
✓ Industrial	159,5	128,1	+ 24,5	474,4	385,2	+ 23,2
✓ Comercial	160,4	150,7	+ 6,4	512,8	476,9	+ 7,5
✓ Rural	61,5	59,8	+ 2,8	191,2	199,1	- 4,0
✓ Outras Classes	165,5	164,6	+ 0,5	505,7	504,2	+ 0,3
2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	101,5	159,4	- 36,3	335,4	442,6	- 24,2
3) Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.009,3	1.002,9	+ 0,6	3.176,1	3.088,5	+ 2,8
4) Suprimento de energia e não faturado	31,7	40,0	- 20,8	(4,4)	14,3	-
5) Energia Total Distribuída (3+4)	1.041,0	1.042,9	- 0,2	3.171,7	3.102,8	+ 2,2

A Energisa Paraíba encerrou os primeiros nove meses de 2014 com 1.304.148 unidades consumidoras cativas, quantidade 4,1% superior à registrada no fim de setembro de 2012. Já o número de consumidores livres totalizou 19 no fim de setembro de 2014.

3.2 - Perdas de energia

As perdas de energia elétrica da Energisa Paraíba situaram em 11,84% nos últimos doze meses encerrados em setembro de 2014, contra 12,08% em relação a igual período terminado em setembro do ano passado, ou seja, uma redução de 0,24 ponto percentual.

4 - Investimentos

Em nove meses de 2014, os investimentos da Energisa Paraíba totalizaram R\$ 117,2 milhões, ante os R\$ 102,8 milhões registrados em 9M13.

5 - Antecipação de dividendos

O Conselho de Administração da Energisa Paraíba aprovou as seguintes distribuições de dividendos intercalares, relativos ao exercício em curso:

- 1) em reunião de 6 de junho, o montante de R\$ 31,1 milhões, equivalente a R\$ 33,9103837566 por ação. Estes dividendos foram pagos a partir do dia 11 de junho de 2014;

- 2) em reunião de 3 de setembro, o valor de R\$ 4,8 milhões, à razão de R\$ 5,27548523 por ação. Estes dividendos serão pagos em 4 de setembro de 2014.

6 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Paraíba nos primeiros nove meses de 2014 foi de R\$ 311 mil, sendo i) R\$ 262 mil pela revisão das demonstrações financeiras; ii) R\$ 49 mil por serviços de procedimentos pré-acordados com a Aneel para os Programas de “Eficiência Energética”, “Luz para Todos” e para a revisão dos processos e procedimentos relativos a obtenção de incentivos fiscais de redução do IRPJ - Sudene.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais)

	30/09/2014	31/12/2013
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	68.258	50.315
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	32.740	96.049
Consumidores e concessionárias	138.956	151.382
Títulos de créditos a receber	23.818	33.152
Estoques	4.226	4.263
Impostos a recuperar	48.266	50.471
Despesas pagas antecipadamente	1.627	4.985
Baixa renda e outros créditos	48.482	33.483
Total do circulante	366.373	424.100
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	35.960	47.747
Títulos de créditos a receber	19.700	28.840
Impostos a recuperar	27.543	26.190
Créditos tributários	138.971	124.132
Cauções e depósitos vinculados	24.150	22.610
Instrumentos financeiros derivativos	25.802	15.685
Contas a receber da concessão	252.529	225.555
Outros	2.666	3.334
	527.321	494.093
Investimentos	115	97
Intangível	665.525	609.184
Imobilizado	11.784	13.511
Total do não circulante	1.204.745	1.116.885
Total do ativo	1.571.118	1.540.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais)

	30/09/2014	31/12/2013
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	73.939	90.153
Encargos de dívidas	3.738	2.269
Empréstimos e financiamentos	94.024	43.719
Debêntures	82.652	80.029
Folha de pagamento	1.570	3.927
Tributos e contribuições sociais	50.826	46.354
Dividendos	-	16.000
Obrigações estimadas	9.957	8.036
Encargos do consumidor a recolher	386	206
Taxa de iluminação pública arrecadada	3.903	3.686
Benefícios a empregados - plano de pensão	8.037	8.037
Obrigações intrassetoriais	12.845	23.662
Outras contas a pagar	9.455	15.307
Total do circulante	351.332	341.385
Não circulante		
Fornecedores	2.646	2.646
Empréstimos e financiamentos	474.016	485.747
Tributos e contribuições sociais	26.215	20.419
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	42.816	37.604
Benefícios a empregados - plano de pensão	54.618	53.644
Outros	9.647	1.454
Total do não circulante	609.958	601.514
Patrimônio líquido		
Capital social	461.424	425.805
Reservas de capital	97.002	97.002
Reservas de lucros	51.210	86.829
Dividendos adicionais propostos	-	6.996
Lucros acumulados	18.738	-
Outros resultados abrangentes	(18.546)	(18.546)
Total do patrimônio líquido	609.828	598.086
Total do passivo e patrimônio líquido	1.571.118	1.540.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013
 (Em milhares de reais)

	9M14	9M13
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	1.031.335	986.579
Suprimento de energia elétrica	5.363	4.262
Disponibilidade do sistema elétrico	21.534	37.209
Receita de construção	123.570	94.021
Outras receitas	17.328	18.253
	1.199.130	1.140.324
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	235.077	218.297
PIS, Cofins e ISS	99.639	98.946
Quotas para a reserva global de reversão	-	(1.774)
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	15.182	11.502
	349.898	326.971
Receita operacional líquida	849.232	813.353
Despesas (receitas) operacionais		
Pessoal (inclui fundo de pensão)	76.189	76.839
Material	9.218	9.338
Serviços de terceiros	60.530	58.317
Energia elétrica comprada para revenda	408.984	313.615
Transporte de potência elétrica	33.795	37.191
Depreciação e amortização	40.111	34.716
Provisão para contingências /devedores duvidosos	15.474	11.147
Custo de construção	123.570	94.021
Outras despesas / receitas	12.363	17.025
	780.234	652.209
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	68.998	161.144
Receita (Despesa) financeira		
Receitas de aplicações financeiras	12.591	11.344
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	16.271	15.729
Outras receitas financeiras	6.941	8.664
Encargos de dívidas - juros	(30.112)	(33.139)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(14.004)	(34.175)
(-) Transferência para ordens em curso	2.670	2.150
Marcação a mercado de derivativos	6.091	(17.613)
Instrumentos financeiros derivativos	2.423	29.984
Ajuste valor presente de ativos	3.111	(164)
Outras despesas financeiras	(16.521)	(12.403)
	(10.539)	(29.623)
Resultado antes dos impostos	58.459	131.521
Contribuição social e imposto de renda	(3.742)	(9.656)
Lucro líquido do período	54.717	121.865
Lucro líquido por ação do capital social - R\$	59,59	132,73

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa PB”), empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.304.167 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes a revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentados nas notas explicativas nº 10, 14, 15, 22 e 28, respectivamente.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 14 de novembro de 2014 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Resultados do 3º trimestre de 2014

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013”), publicadas na imprensa oficial em 19 de março de 2014.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Normas e interpretações novas e revisadas

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as informações contábeis intermediárias. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge;
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros;
- Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27 - Entidades de Investimento;
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- IFRIC 21 - Taxas do Governo;

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas. O Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas descritas a seguir, já emitidas, porém ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (a);
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (a);
- IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas (b).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2015.
- (b) 1º de janeiro de 2016.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

Resultados do 3º trimestre de 2014

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	30/09/2014	31/12/2013
Caixa	CDB	31/10/2017	100,5% do CDI	35.542	24.865
Safra	Debêntures (2)	18/04/2016	103,2% do CDI	628	-
Santander	Debêntures (2)	14/09/2016	103,2% do CDI	6.524	4.271
				42.694	29.136
Caixas e bancos				25.564	21.179
Total caixa e equivalente de caixa				68.258	50.315

b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	30/09/2014	31/12/2013
ABC Brasil	CDB	25/09/2015	Benchmark CDI	2	2
Banrisul	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	50	53
BES	CDB	06/05/2015	102,5% do CDI	14	13
BICBanco	CDB	24/08/2015	98,0% do CDI	66	61
BMG	CDB	19/01/2015	100,0% do CDI	10	9
Bradesco	CDB	16/03/2015	95% do CDI	332	-
BTG Pactual	CDB	09/12/2014	97,5% do CDI	76	70
Caixa FI Energisa (4)	Fundo de Investimento	15/04/2016 a	CDI/SELIC/IPCA +	28	24.449
Caixa Econômica Federal	Poupança	-	Poupança	87	87
		24/12/2014 a			
FIM Zona da Mata (4)	Fundo de Investimento	24/05/2021	Benchmark CDI	15.760	45.658
HSBC	CDB	03/08/2015	100,0% do CDI	648	677
Itaú	CDB	27/11/2015	102,0% do CDI	497	403
Itaú	Debêntures	24/11/2015	102,0% do CDI	276	321
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	823	718
Nordeste	CDB	15/02/2019	90,0% do CDI	39.923	40.315
Pine	CDB	08/02/2017	104,0% do CDI	193	178
Safra	Fundo de Investimento	-	CDI	-	12.629
Votorantim	CDB	27/05/2015	98,0% do CDI	5	4
				58.790	125.647

b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

	Fundo de Investimento em				
Itaú	Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	4.194	3.697
Mercantil	DPGE	26/06/2015	112,0% do CDI	5.716	14.452
				9.910	18.149
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3)				68.700	143.796
Circulante				32.740	96.049
Não circulante				35.960	47.747

(1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

Resultados do 3º trimestre de 2014

- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$47.196 (R\$46.553 em 31 de dezembro de 2013) referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos vincendos ⁽¹⁾	Vencidos					30/09/2014	31/12/2013
		até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		
Residencial	16.583	15.508	4.759	2.962	369	73	40.254	35.438
Industrial	18.712	973	249	177	334	5.553	25.998	21.345
Comércio, serviços e outras atividades	15.499	3.059	717	776	591	1.776	22.418	19.922
Rural	2.284	1.059	400	439	75	53	4.310	3.838
Poder Público:								
Federal	2.175	159	24	44	6	2	2.410	2.546
Estadual	3.483	255	38	71	9	-	3.856	4.071
Municipal	2.487	182	27	51	6	-	2.753	2.906
Iluminação pública	5.370	677	90	77	114	6	6.334	5.667
Serviço público	7.468	76	43	51	68	1	7.707	23.769
Subtotal - consumidores	74.061	21.948	6.347	4.648	1.572	7.464	116.040	119.502
Concessionárias ⁽²⁾	-	-	-	-	1.872	1.977	3.849	3.849
Fornecimento não faturado	28.205	-	-	-	-	-	28.205	37.151
Outros	2.566	-	-	-	-	-	2.566	2.235
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(2.962)	(960)	(7.782)	(11.704)	(11.355)
Total - Circulante	104.832	21.948	6.347	1.686	2.484	1.659	138.956	151.382

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 30 de setembro de 2014, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$1.997 (R\$1.997 em 31 de dezembro de 2013), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de setembro de 2014. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$2.180 (R\$5.584 em 31 de dezembro de 2013), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$881 (R\$3.777 em 31 de dezembro de 2013), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/09/2014	31/12/2013
Créditos vencidos (*)	1.997	1.997
(-) Aquisições de energia na CCEE	(2.180)	(5.584)
(-) Encargos de serviços do sistema	(881)	(3.777)
	(1.064)	(7.364)

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Resultados do 3º trimestre de 2014

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados a valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos estão demonstrados como se segue:

	30/09/2014	31/12/2013
Títulos de créditos a receber	75.775	90.704
Ajuste a valor presente	(7.303)	(10.415)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(24.954)	(18.297)
	<u>43.518</u>	<u>61.992</u>
Circulante	23.818	33.152
Não circulante	19.700	28.840

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 30 de setembro de 2014, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2014
Vencidos	24.954
2014	5.954
2015	24.370
2016	5.388
2017	3.054
2018	1.901
2019 em diante	2.851
Total	<u>68.472</u>

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	30/09/2014	31/12/2013
Saldo - inicial -circulante - 31/12/2013 e 31/12/2012	29.652	26.322
Provisões constituídas no período	8.999	10.482
Reversão de provisões no período	(1.993)	(7.152)
Saldo - final - circulante - 30/09/2014 e 31/12/2013	<u>36.658</u>	<u>29.652</u>
Clientes, consumidores e concessionárias	11.704	11.355
Títulos de créditos a receber	24.954	18.297

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes.

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;

Resultados do 3º trimestre de 2014

- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9. Tributos a recuperar

	30/09/2014	31/12/2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	22.774	22.274
Imposto de Renda Retido na Fonte	727	306
Imposto de Renda - IRPJ	21.498	21.498
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	2.705	3.149
Contribuição do PIS e COFINS	28.105	29.430
Outros	-	4
	75.809	76.661
Circulante	48.266	50.471
Não circulante	27.543	26.190

10. Revisão e reajuste tarifário periódico

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.785 de 26 de agosto de 2014, aprovou o reajuste tarifário da Companhia em vigor desde 28 de agosto de 2014. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores, a partir de 28 de agosto de 2014, foi um aumento de 21,81%.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em agosto de 2017. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.592 de 27 de agosto de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da Companhia em vigor desde 28 de agosto de 2013. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores, a partir de 28 de agosto de 2013, foi uma redução de 3,02%.

11. Baixa renda e outros créditos

	30/09/2014	31/12/2013
Baixa renda (1)	13.727	13.053
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	4.812	9.939
Ordens de serviço em curso - outros	2.729	1.438
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	17.911	5.028
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	1.228	1.045
Créditos a receber - Restituição encargos setoriais	-	752
Adiantamentos	242	574
Outros	3.842	4.988
Total	44.491	36.817
Circulante	41.825	33.483
Não circulante	2.666	3.334

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE-desconto tarifário:

(1) Baixa Renda

	30/09/2014	31/12/2013
Saldo - inicial 31/12/2013 e 31/12/2012	13.053	16.409
Subvenção baixa renda	60.883	84.191
Ressarcimento Eletrobrás	(60.209)	(87.547)
Saldo- final - circulante -30/09/2014 e 31/12/2013	13.727	13.053

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário

	30/09/2014	31/12/2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural aplicados nas tarifas	71.546	40.825
Ressarcimento Eletrobrás	(53.635)	(35.797)
Total	17.911	5.028

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de maio de 2014 a setembro de 2014, cujo ressarcimento a administração da empresa espera receber da CDE no próximo trimestre.

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa

Resultados do 3º trimestre de 2014

Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Central Solar Coremas S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I, Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Em abril de 2014 a controladora **ENERGISA S/A**, adquiriu a participação nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S/A (Enersul), Centrais Elétricas Matogrossenses S/A (CEMAT), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNAEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Rede Eletricidade e Serviços S/A (REDESERV), Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A, (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesa) ⁽¹⁾	Energia Elétrica comprada para revenda (Custo) ⁽²⁾	Comissão aval (Despesa financeira) ⁽³⁾	Saldo a receber (Consumidores e concessionárias)	Saldo a pagar (fornecedores)
ENERGISA S/A	17.191	-	4.694	-	1.805
EBO	-	642	-	271	-
Energisa Geração Centrais Eólicas Renascença I, II, III, IV e Ventos de São Miguel	-	966	-	-	107
30/09/2014	17.191	1.608	4.694	271	1.913
30/09/2013	9.903	77	5.395	-	1.204

(1) Os serviços contratados junto a Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(2) Os valores de energia elétrica comprada estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos Administradores

Nos primeiros nove meses de 2014, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$ 982 (R\$1.717 em 30 de setembro de 2013) e da Diretoria foi de R\$965 (R\$2.953 em setembro de 2013). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$ 388 (R\$390 em 30 de setembro de 2013). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$507 (R\$498 em 30 de setembro de 2013).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, foram de R\$60 e R\$5 (R\$41 e R\$6 em 30 de setembro de 2013), respectivamente. A remuneração média no 3º trimestre de 2014 foi

Resultados do 3º trimestre de 2014

de R\$17 (R\$22 em 30 de setembro de 2013).

Na AGO de 25 de abril de 2014, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2014 no montante de R\$8.721 (R\$7.584 em 31 de dezembro de 2013).

13. Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	30/09/2014	31/12/2013
Ativo - Diferenças temporárias		
Imposto de renda	112.310	96.578
Contribuição social sobre o lucro líquido	40.432	34.768
Total - não circulante	152.742	131.346
Passivo - Diferenças Temporárias		
Imposto de renda	10.126	5.304
Contribuição social	3.645	1.910
	13.771	7.214
Totais líquidos - ativo não circulante	138.971	124.132

As diferenças temporárias são como segue:

	30/09/2014		31/12/2013	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Créditos fiscais - ágio (1)	182.456	62.036	191.718	65.184
Provisão ajuste atuarial	62.655	21.303	61.156	20.793
Provisões para riscos	42.816	14.557	37.604	12.785
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	30.015	10.205	7.351	2.499
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	25.846	8.788	29.374	9.987
Variações cambiais passivas	34.748	11.814	35.449	12.053
Marcação a mercado - derivativo	(15.911)	(5.410)	(15.685)	(5.333)
Ajuste a valor presente	7.304	2.483	10.415	3.541
Ativos regulatórios (CVA 's)	61.386	20.871	26.919	9.152
Outras adições (exclusões) temporárias	2.013	685	2.011	685
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualizações:	(24.590)	(8.361)	(21.218)	(7.214)
Total - ativo não circulante	408.738	138.971	365.094	124.132

- (1) O benefício fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006.

Resultados do 3º trimestre de 2014

Segue as realizações dos créditos fiscais:

Período	Realização dos créditos fiscais
2014	1.439
2015	5.739
2016	5.724
2017	5.724
2018	5.709
2019 a 2023	114.636
Total	138.971

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.281	58.459	37.817	131.521
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(436)	(19.876)	(12.858)	(44.717)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	6.086	15.402	12.254	32.956
Outras exclusões permanentes	107	732	(410)	2.105
Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social	5.757	(3.742)	(1.014)	(9.656)
Alíquota efetiva	-	6,40%	2,68%	7,34%

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos no período findo em 30 de setembro de 2014 e 2013, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

(**) Referem-se basicamente as despesas contabilizadas em doações, patrocínios, participações e brindes.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e o deferimento de seu pedido junto a Receita Federal - Despacho decisório nº 128 DRF/JPA de 23/05/2013 e consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para os optantes, cuja opção poderá ser exercida até 07/11/2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para os não optantes, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os impactos da lei, e fará a adoção ao novo regime a partir de 2015.

14. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No período findo em 30 de setembro de 2014, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$3.373.

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 30 de setembro de 2014, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	30/09/2014	31/12/2013
Ativo financeiro - 31/12/2013 e 31/12/2012	225.555	147.049
Adições no período/ exercício (*)	24.530	73.897
Baixas no período/ exercício	(929)	(838)
Ativo financeiro	249.156	220.108
Atualização contas a receber da concessão - VNR	3.373	5.447
Ativo financeiro custo corrigido- 30/09/2014 e 31/12/2013	252.529	225.555

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

15. Intangível e Imobilizado

	30/09/2014	31/12/2013
Intangível - Contrato de concessão	665.525	609.184
Imobilizado	11.784	13.511
Total	677.309	622.695

Resultados do 3º trimestre de 2014

Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

Intangível	Saldo 31/12/2013	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 30/09/2014
Intangível em Serviço						
Custo	1.187.032	-	48.518	(10.721)	-	1.224.829
Amortização acumulada	(448.855)	-	-	7.805	(45.022)	(486.072)
Subtotal	738.177	-	48.518	(2.916)	(45.022)	738.757
Em Curso	62.801	117.183	(48.823)	(25.328)	-	105.833
Total	800.978	117.183	(305)	(28.244)	(45.022)	844.590
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	188.990	-	2.752	-	-	191.742
Amortização acumulada	(37.104)	-	-	-	(6.942)	(44.046)
Subtotal	151.886	-	2.752	-	(6.942)	147.696
Em Curso	39.908	10.010	(2.752)	(15.797)	-	31.369
Total das obrigações vinculadas à concessão	191.794	10.010	-	(15.797)	(6.942)	179.065
Total do intangível	609.184	107.173	(305)	(12.447)	(38.080)	665.525
Imobilizado em serviço						
Edificações e benfeitorias	327	-	-	-	-	327
Máquinas e equipamentos	14.508	-	278	-	-	14.786
Veículos	247	-	-	-	-	247
Móveis e utensílios	12.004	-	27	-	-	12.031
Depreciação Acumulada	(13.575)	-	-	-	(2.032)	(15.607)
Total do imobilizado	13.511	-	305	-	(2.032)	11.784
Total	622.695	107.173	-	(12.447)	(40.112)	677.309

(*) Das baixas no montante de R\$12.447, R\$24.530 foi transferido para o contas a receber da concessão, R\$14.999 referem-se à devolução de obrigações especiais do Programa Luz para todos, transferido para a rubrica da empréstimos e financiamentos - 5º tranche em agosto de 2014 e R\$2.916 referem-se a baixas realizadas no período.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,99% (3,89% em 31 de dezembro de 2013).

Resultados do 3º trimestre de 2014

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/09/2014	31/12/2013
Contribuições do consumidor	76.894	72.972
Participação da União - recursos CDE	140.118	153.764
Participação do Governo do Estado	11.937	11.937
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	6.728	1.992
(-) Amortização acumulada	(44.046)	(37.104)
Total	191.631	203.561
Alocação:		
Contas a receber da concessão	12.566	11.767
Infraestrutura - Intangível em serviço	147.696	151.886
Infraestrutura - Intangível em curso	24.641	37.916
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	6.728	1.992
Total	191.631	203.561

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em agosto de 2009, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em agosto de 2013, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizado na rubrica Obrigações vinculadas à concessão.

Em 30 de setembro de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$6.728 (R\$1.992 em 31 de dezembro de 2013).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia foram:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas
Edificações e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

16. Fornecedores

	30/09/2014	31/12/2013
Suprimento: (1)		
CCEE	2.180	5.584
Contratos Bilaterais (1)	50.152	52.095
Encargos do serviço de sistema (1)	881	3.777
Conexão à rede (1)	320	303
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	603	448
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	4.623	3.280
Materiais, serviços e outros (2)	17.826	27.312
Total	76.585	92.799
Circulante	73.939	90.153
Não Circulante	2.646	2.646

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	30/09/2014	31/12/2013	
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	532	-	61.000	61.532	61.485	
Eletróbrás - Luz para Todos - 1ª tranche	29	354	454	837	1.127	
Eletróbrás - Luz para Todos - 2ª tranche	72	520	1.487	2.079	2.504	
Eletróbrás - Luz para Todos - 3ª tranche	66	376	1.572	2.014	2.322	
Eletróbrás - Luz para Todos - 4ª tranche	57	324	1.800	2.181	2.448	
Eletróbrás - Luz para Todos - 5ª tranche	86	396	2.505	2.987	3.310	
Eletróbrás - Luz para Todos - 6ª tranche	8	358	2.790	3.156	3.451	
Eletróbrás - Subtransmissão	4	3.596	3.764	7.364	13.987	
Eletróbrás - Eletrificação Rural	7	-	-	7	15	
Eletróbrás - Eletrificação Rural	2	-	-	2	8	
Eletróbrás - Devolução LPT	-	13.646	-	13.646	529	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2005-2006 (FNE)	-	975	-	975	5.363	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	32	9.782	16.359	26.173	33.311	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	-	7.966	41.603	49.569	53.966	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	-	2.227	4.450	6.677	8.499	
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	24	650	9.883	10.557	-	
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	27	650	9.881	10.558	-	
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	16	90	6.089	6.195	-	
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	18	90	6.089	6.197	-	
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	1	17	906	924	-	
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	9	20	772	801	-	
Banco BNB - repasse BNDES	37	3.703	13.090	16.830	19.632	
Banco BNB - repasse BNDES	1	111	389	501	585	
Banco BNB - repasse BNDES	-	3.874	13.285	17.159	20.006	
Banco BNB - repasse BNDES	-	109	396	505	589	
Banco Itaú BBA - FINAME	123	2.768	30.812	33.703	24.256	
Total em moeda nacional	1.151	52.602	229.376	283.129	257.393	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(339)	-	(1.139)	(1.478)	(1.732)	
Em moeda estrangeira						
Banco Itaú BBA I	182	41.422	-	41.604	39.882	(1)
Banco Itaú BBA II	2.697	-	147.739	150.436	142.428	(1)
Citibank	47	-	98.040	98.087	93.764	(1)
Total em moeda estrangeira	2.926	41.422	245.779	290.127	276.074	
(-) Custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	-	
Total ENERGISA PARAÍBA	3.738	94.024	474.016	571.778	531.735	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$35.960 (R\$36.268 em 31 de dezembro de 2013), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante.

(1) Os contratos de financiamentos junto ao Banco Itaú BBA e Citibank, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 25).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Resultados do 3º trimestre de 2014

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2014:

Operação	Vencimento	Características da Operação		Prazo Médio meses	Custo da Dívida		TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref.
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	57	CDI	+ 0,7%	10,79%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	13	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	22	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	jul-2019	mensal	Recebíveis	29	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	out-2020	mensal	Recebíveis	36	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	jun-2021	mensal	Recebíveis	40	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	mar-2022	mensal	Recebíveis	46	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	11	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	1	RGR	8,0%	8,0%	
Eletrobrás - Devolução LPT	mar-2016	mensal	Recebíveis	-	Selic Acumulada		10,43%	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2014	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	1	pré-fixado	7,7%	7,7%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	17	pré-fixado	7,8%	7,8%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun-2019	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	30	pré-fixado	8,1%	8,1%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	18	TJLP	+ 4,0%	9,0%	
Banco BNB - repasse BNDES FINEM	Dez-2023	mensal	Aval Energisa S.A	46	TJLP	+ De 3,50% a 8,90%	8,53% a 14,0%	
Banco do Nordeste - Repasse BNDES	jan-2019	mensal	Aval Energisa S.A.	27	TJLP	+ De 3,4% a 4,4%	De 8,4% a 9,41%	
Banco Itaú BBA - FINAME	até ago-2023	Mensal	Aval Energisa S.A.	49	TJLP	+ 2,5% a 10%	7,48% a 15,03%	
Banco Itaú BBA I	Ago-2015	final	Aval Energisa S.A	11	Dólar	+ 3,2466	7,83%	(1)
Banco Itaú BBA II	Abr-18	anual após abr.2017	Aval Energisa S.A	36	Dólar	+ 3,4892%	8,08%	(1)
Citibank	Set-2017	Anual após set.2016	Aval Energisa S.A	30	Libor	+ 1,8987%	13,21%	(1)

(1) Possui Swap.

(2) Considera Bônus de adimplemento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Resultados do 3º trimestre de 2014

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/09/2014	31/12/2013
US\$ x R\$	4,63%	14,64%
TJLP	3,73%	5,00%
SELIC	7,90%	8,22%
CDI	7,83%	8,06%
IPCA	4,61%	5,91%
IGP-M	1,75%	5,53%

Em 30 de setembro de 2014, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2014
2015	13.107
2016	95.856
2017	161.674
2018	126.503
2019	39.288
Após 2019	37.588
Total	474.016

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	30/09/2014	31/12/2013
Saldo em 31/12/2013 e 31/12/2012	531.735	476.840
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	61.700	179.681
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	37.101	87.951
Pagamento de principal	(36.444)	(172.339)
Pagamento de juros	(22.314)	(40.398)
Saldo em 30/09/2014 e 31/12/2013	571.778	531.735
Circulante	97.762	45.988
Não circulante	474.016	485.747

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Contratos	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2016 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	96	0	0	509	605
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	28	110	110	55	303
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	7	28	28	13	76
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	26	104	104	260	494
	157	242	242	837	1.478

18. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	1ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,0% a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	10,78% a.a
Quantidade de títulos	80.000
Valor na data de emissão	80.000
Títulos em circulação	80.000
Carência de Juros	6 meses
Amortizações/parcelas	Final
Saldos - 30/09/2014 - circulante (*)	82.652
Saldos - 31/12/2013 - circulante (*)	80.029

(*) Deduzido de R\$75 (R\$299 em 31 de dezembro de 2013), referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 10 de abril de 2014, foram suspensas a aplicação dos indicadores financeiros durante o ano de 2014, seguindo o procedimento adotado pelos demais credores da Energisa.

Seguem as movimentações ocorridas nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

Descrição	30/09/2014	31/12/2013
Saldos em 31/12/2013 e 31/12/2012	80.029	64.448
Recolocação debêntures	-	15.274
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	7.013	6.750
Pagamento de juros	(4.390)	(6.443)
Saldos - circulante - 30/09/2014 e 31/12/2013	82.652	80.029

19. Tributos e Contribuições Sociais

	30/09/2014	31/12/2013
ICMS	24.569	19.667
Encargos sociais	1.937	2.670
IRPJ	21.486	16.818
CSSL	11.032	7.435
PIS / COFINS	16.276	17.711
IRRF	815	1.061
Outros	926	1.411
Total	77.041	66.773
Circulante	50.826	46.354
Não circulante	26.215	20.419

20. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2013	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 30/09/2014
Trabalhistas	8.738	4.511	(1.269)	493	12.473
Cíveis	26.381	6.678	(6.538)	1.217	27.738
Fiscais	2.485	-	-	120	2.605
Total	37.604	11.189	(7.807)	1.830	42.816
Depósitos e cauções vinculados (*)	(9.274)				(7.338)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$24.150 (R\$22.610 em 31 de dezembro de 2013) dos quais R\$16.812 (R\$13.336 em 31 de dezembro de 2013) não foram constituídas provisões para riscos pelo fato do prognóstico de ganho ser possível ou provável.

No período findo em 30 de setembro de 2014 foram pagos o montante de R\$3.701 (R\$7.238 em 31 de dezembro de 2013), sendo de indenizações trabalhistas R\$962 (R\$2.628 em 31 de dezembro de 2013) e de indenizações cíveis R\$2.739 (R\$4.610 em 31 de dezembro de 2013).

Perdas prováveis:
Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída, provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$813.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a Cofins, PIS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$283.739 (R\$266.162 em 31 de dezembro de 2013), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Resultados do 3º trimestre de 2014

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante R\$26.745 (R\$15.200 em 31 de dezembro de 2013), têm como objeto o pleito de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados. O aumento no período de reclamações trabalhistas refere-se à propositura de várias ações cujo objeto é a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação aos contratos de trabalho firmados entre empreiteira e seus empregados.

O aumento de R\$9.837 refere-se basicamente a ações relacionadas ao objeto verbas contratuais legais e ação de responsabilidade subsidiária.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, cujo montante é de R\$63.692 (R\$71.415 em 31 de dezembro de 2013), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

A redução de R\$7.723 refere-se basicamente a alteração de prognóstico e arquivamento de processos tais como processo regulatório referente a procedimentos de fiscalização do poder concedente.

Fiscais

As ações de natureza fiscal e tributária no montante R\$193.302 (R\$179.547 em 31 de dezembro de 2013), referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, entre outros.

21. Patrimônio Líquido

21.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$461.424 (R\$425.805 em 31 de dezembro de 2013) está representado por 918.160 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$35.619, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da reserva de lucros - Incentivo Fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para R\$461.424.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 6.000.000 de ações, sendo até 4.092.176.000 em ações ordinárias e até 1.907.824.000 em ações preferenciais.

21.2. Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2014, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos, relativos ao exercício de 2013, no montante de

Resultados do 3º trimestre de 2014

R\$6.996, equivalentes a R\$7,6195 por ação ordinária, a serem pagos em 2 parcelas até 31 de dezembro de 2014, tendo sido totalmente liquidado em 31 de julho de 2014.

O Conselho de Administração aprovou em 06 de junho de 2014, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados apurados até 30 de abril do corrente exercício, no montante de R\$31.135 (R\$33,9102 por ação ordinária), pagos em 11 de junho de 2014.

Adicionalmente, foram pagos R\$16.000 entre janeiro e fevereiro de 2014, referente aos dividendos do exercício de 2013, aprovados pela RCA de 19 de dezembro de 2013.

Em reunião extraordinária do Conselho da Administração no dia 03 de setembro de 2014, foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares à conta do lucro líquido do primeiro semestre do exercício 2014, apurado no balanço de 30 de junho de 2014, levantado pela Companhia no montante de R\$4.844, correspondentes a R\$5,2755 por ação de emissão da Companhia. Os pagamentos foram efetuados em 05 de setembro de 2014.

22. Receita operacional

	30/09/2014				30/09/2013			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2014 à 30/09/2014	01/01/2014 à 30/09/2014	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2013 à 30/09/2013	01/01/2013 à 30/09/2013
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	1.068.492	1.156.639	155.546	497.780	1.026.459	1.080.472	145.971	484.620
Industrial	4.495	474.398	45.499	130.944	4.554	385.242	35.471	109.140
Comercial	93.025	512.809	66.721	212.572	90.633	476.904	62.853	207.109
Rural	120.537	191.204	16.823	55.496	114.569	199.142	16.102	55.811
Poder Público:								
Federal	613	41.790	9.210	28.414	592	41.432	9.039	29.623
Estadual	3.207	56.956	7.302	22.540	3.097	56.465	7.165	23.499
Municipal	11.859	71.735	4.847	14.955	11.454	71.117	4.757	15.592
Iluminação Pública	659	170.298	13.945	39.977	647	168.191	12.803	39.465
Serviço Público	1.022	161.613	12.561	37.603	1.008	163.656	12.221	38.611
Consumo Próprio	239	3.268	-	-	176	3.314	-	-
Subtotal	1.304.148	2.840.710	332.454	1.040.281	1.253.189	2.645.935	306.382	1.003.470
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	-	4.167	12.189	-	-	3.983	11.513
Suprimento	-	36.866	(6.663)	5.363	-	48.091	7.777	4.262
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(41.313)	2.233	(8.946)	-	(33.866)	(1.799)	(16.891)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	19	-	6.394	21.534	21	-	10.688	37.209
Venda de Energia a Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Construção	-	-	57.734	123.570	-	-	39.561	94.022
Outras receitas operacionais	-	-	1.913	5.139	-	-	1.662	6.739
Total - Receita Operacional Bruta	1.304.167	2.836.263	398.232	1.199.130	1.253.210	2.660.160	368.254	1.140.324
Deduções da Receita Operacional								
ICMS	-	-	74.903	235.077	-	-	68.690	218.297
PIS	-	-	5.701	17.747	-	-	5.589	17.465
COFINS	-	-	26.258	81.743	-	-	26.485	81.188
ISS	-	-	52	149	-	-	45	293
Quota para RGR	-	-	-	-	-	-	-	(1.774)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.145	3.667	-	-	1.152	3.625
Conta de Desenvolvimento Energia CDE	-	-	1.157	3.112	-	-	618	1.855
Conta Consumo Combustível - CCC	-	-	-	-	-	-	-	2.113
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento- P&D	-	-	1.145	3.667	-	-	1.170	3.642
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	1.683	4.736	-	-	267	267
Total - deduções da receita operacional	-	-	112.044	349.898	-	-	104.016	326.971
Total Receita Operacional Líquida	1.304.167	2.836.263	286.188	849.232	1.253.210	2.660.160	264.238	813.353

23. Custo de Energia Elétrica Comprada para Revenda

	MWH (**)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/09/2014	30/09/2013	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013
Energia de leilão	1.452.357	1.372.036	107.023	281.486	65.153	217.119
Energia bilateral	328.371	328.371	20.110	59.833	19.084	46.137
Cotas de Angra REN 530/12	113.301	113.914	5.633	16.909	5.165	15.494
Energia de curto prazo - CCEE	226.024	96.815	21.899	222.242	4.339	39.926
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	1.151.226	1.163.252	12.007	36.976	12.453	36.328
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	65.433	62.823	5.755	17.265	5.263	17.542
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	(39.230)	(190.516)	(3.977)	(29.824)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(12.307)	(35.211)	(12.049)	(29.107)
Total	3.336.712	3.137.211	120.890	408.984	95.431	313.615

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

(**) Não revisado pelos auditores independentes.

Para os meses de janeiro a setembro a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho nº 515 de 07 de março de 2014	10.708
Fevereiro	Despacho nº 1.256 de 22 de abril de 2014	32.024
Março	Despacho nº 1.443 de 09 de maio de 2014	48.528
Abril	Despacho nº 1.696 de 02 de junho de 2014	31.077
Maio	Ofício nº 90/2014 de 08 de julho de 2014	28.949
Junho	Despacho nº 3.017 de 05 de agosto de 2014	-
Julho	Despacho nº 3.588 de 02 de setembro de 2014	9.604
Agosto	Despacho nº 3.968 de 30 de setembro de 2014	11.711
Setembro	Despacho nº 4.288 de 30 de outubro de 2014	17.914

Os valores referentes aos Despachos de janeiro a setembro já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados de encargos de PIS e COFINS.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Resultados do 3º trimestre de 2014

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual
			30/09/2014 e 31/12/2013
Riscos Operacionais	23/10/2014	35.320	367
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2014	50.600	292
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2014	Até R\$ 360 mil / veículo	255
Vida em Grupo - Morte e Acidentes pessoais	31/12/2014	84.784	376
			1.290

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	30/09/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	68.258	68.258	50.315	50.315
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	68.700	68.700	143.796	143.796
Consumidores e concessionárias	138.956	138.956	151.382	151.382
Títulos de créditos a receber	43.518	43.518	61.992	61.992
Conta a receber da concessão	252.529	252.529	225.555	225.555
Instrumentos financeiros derivativos	32.459	32.459	15.685	15.685

PASSIVO	30/09/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	76.585	76.585	92.799	92.799
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	654.430	654.282	611.764	611.543

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esse a 1ª emissão de debêntures. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revisada anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 20/12/2012) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Resultados do 3º trimestre de 2014

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	30/09/2014	31/12/2013
Dívida (a)	654.430	611.857
Caixa e equivalentes de caixa	(68.258)	(50.315)
Dívida líquida	586.172	561.542
Patrimônio líquido (b)	609.828	598.086
Índice de endividamento líquido	0,96	0,94

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	73.939				2.646	76.585
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - 10,23%	131.713	92.152	300.524	231.927	54.326	810.642
Total	205.652	92.152	300.524	231.927	56.972	887.227

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e equivalente de caixa	68.258	50.315
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	68.700	143.796
Consumidores e concessionárias	138.956	151.382
Títulos de créditos a receber	43.518	61.992
Conta a receber da concessão	252.529	225.555
Instrumentos financeiros derivativos	32.459	15.685

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 14 e 25.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de setembro de 2014, com alta de 4,63% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R\$2,4510/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de setembro de 2014 era de 19,45%, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de setembro de 2014 de R\$655.983 (R\$613.795 em de 31 de dezembro de 2013), R\$290.127 (R\$276.074 em 31 de dezembro de 2013) estão representados em dólares, (i) US\$78,3 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$ 77,2 milhões de principal), (ii) US\$40,0 milhões de empréstimo com o Citibank (US\$40,0 milhões de principal).

Os empréstimos têm vencimento de longo prazo, 17 de Abril de 2018, e custos de até US\$ mais 4,33% ao ano.

O balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 apresenta no ativo circulante R\$6.657 e no não circulante R\$25.802 (R\$15.685 em 31 de dezembro de 2013) a título de marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. A medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações financeiras intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

Resultados do 3º trimestre de 2014

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento	Limitador
Loan 4131 Itaú BBA	16.900		17/08/2015	2,85 (Ago -15)
P. Ativa		VC + 4,33%		
P. Passiva		100,0% CDI		
Loan 4131 Citibank	40.000		21/09/2017	3,0185 (Set-16) 3,1975 (Set-17)
P. Ativa		Libor + 1,90%		
P. Passiva		101,0% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA			17/04/2018	3,11 (Abr-17) 3,30 (Abr-18)
P. Ativa	60.277	VC + 4,105%		
P. Passiva		108,95% CDI		

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, que podem ser assim resumidos:

	30/09/2014	31/12/2013	Descrição	30/09/2014	31/12/2013
	Nocional (BRL)	Nocional (BRL)	Posição Ativa		
Swap com Opções-	154.138	34.138	Moeda Estrangeira- USD	199.835	190.875
			Posição Passiva		-
Itaú BBA			Taxa de Juros CDI	(164.067)	(161.671)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(15.250)	(18.528)
			Posição Total Swap Com Opções	20.518	10.676
			Posição Ativa		-
Swap com Opções-	80.960	80.960	Moeda Estrangeira- USD Libor	100.935	96.332
			Posição Passiva		-
Citibank			Taxa de Juros CDI	(81.363)	(81.367)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(7.631)	(9.956)
			Posição Total Swap Com Opções	11.941	5.009

O Valor Justo dos derivativos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da

Resultados do 3º trimestre de 2014

fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - empréstimos					
Swap com Opções Itaú e Citibank	-	Alta USD	47.078	(16.345)	(79.768)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	300.770		253.692	317.115	380.539
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(245.429)		(245.430)	(245.430)	(245.430)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(22.881)		-	(9.431)	(65.863)
Subtotal	32.458		8.262	62.255	69.246
Líquido	-		55.341	45.910	(10.522)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de setembro de 2014, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de setembro de 2014, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$55.341 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente positivo de R\$45.910 e negativo de R\$10.522, respectivamente.

Resultados do 3º trimestre de 2014

b. Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de setembro de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 11%, TJLP = 5% ao ano e FNE = 8% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	111.394	Alta do CDI	2.917	3.612	4.295
Instrumentos financeiros passivos:					
	(157.905)	Alta do CDI	(4.174)	(5.169)	(6.145)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(76.901)	Alta da TJLP	(944)	(1.174)	(1.403)
	(76.717)	Alta do FNE	(1.490)	(1.850)	(2.205)
Subtotal (**)	(311.523)		(6.608)	(8.193)	(9.753)
Total	(200.130)		(3.691)	(4.581)	(5.458)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2014 (11% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2014, TJLP 5% ao ano e recursos do FNE de 8% ao ano (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplemento).

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$ 290.127 e pré fixadas no valor de R\$ 52.780.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	30/09/2014	31/12/2013
Ativos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	68.700	143.796
Instrumentos financeiros derivativos	2	32.459	15.685
Contas a receber da concessão	3	252.529	225.555

26. Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

Plano de benefício definido

O plano de benefícios previdenciários (Funasa) mantido pela Companhia na modalidade de benefício definido, regularmente apresentava déficit atuarial.

Na busca do equacionamento desse plano a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a

Resultados do 3º trimestre de 2014

Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento do Plano de Benefício Definido (BD) para novos participantes;
2. Criação do Plano Saldado (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação do Plano de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para o plano (PS).

Os participantes que optaram pela migração para o plano (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação do plano foi objeto de contrato de assunção pela patrocinadora Energisa PB com o respectivo fundo patrocinado - Funasa. Em função de sua característica, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

Plano de contribuição definida

A Companhia também possui plano de contribuição definida após a reestruturação apresentada acima.

O plano (CD) se caracteriza por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora, passivos em razão de desequilíbrio atuarial.

Em 30 de setembro de 2014 a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$6.419 (R\$9.976 em 30 de setembro de 2013).

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 30 de setembro de 2014 as despesas com o plano de saúde foram de R\$2.374 (R\$1.949 em 30 de setembro de 2013).

27. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	Após 31/12/2018
2014 a 2046	141.301	586.939	605.852	605.462	620.182	8.708.223

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de setembro de 2014, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

28. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energisa PB a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

29. Informações adicionais aos fluxos de caixa

No período findo em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	30/09/2014	31/12/2013
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão	24.530	73.897
Atualização do contas a receber da concessão - VNR	3.373	5.447
Fornecedores	7.112	9.277
Atividades de investimentos		
Imobilizado e intangível	35.705	8.197
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	25.923	15.462
Capitalização de reservas	-	39.289

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
João Pessoa - PB

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Conforme mencionado na nota 23, a Companhia contabilizou, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes aos meses de janeiro a setembro de 2014. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas *IFRS*, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2014.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: www.energisa.com.br**
E-mail: stockinfo@energisa.com.br